

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES (CCH)
DEPARTAMENTO DE TEORIA E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO**

**EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
PROPOSTAS EDUCATIVAS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL**

Edileusa Laurinda Barbosa

**MARINGÁ
2022**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES (CCH)
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA (DPD)**

**EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
PROPOSTAS EDUCATIVAS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL**

Trabalho Final de Graduação,
apresentado ao Curso de Pedagogia,
como requisito parcial para obtenção
do grau de licenciado em pedagogia.

Orientador do Trabalho Final de
Graduação (TFG): Rosângela Celia
Faustino

Coordenação do Trabalho Final de
Graduação (TFG):

**MARINGÁ
2022**

EDILEUSA LAURINDA BARBOSA

**EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
PROPOSTAS EDUCATIVAS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a Rosangela Celia Faustino (DTP- orientadora).

Prof. Dr^a Maria Christine Berdusco Menezes (DTP)

Prof. Ms. Simone Sartori Jabur (DTP)

Data de Aprovação
29/04/2022

Dedico este trabalho à minha família que sempre me apoia em minhas escolhas, me ensinando a ser uma pessoa melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradecendo a Deus por conduzir meus passos nessa jornada do conhecimento científico e proporcionar nesses anos de faculdade, encontrar pessoas que acrescentaram muito a minha vida.

Agradeço imensamente a minha família, que não mede esforços para me auxiliar me aconselhando em minhas escolhas.

Agradeço aos professores, todo meu respeito e admiração pois serão sempre lembrados em minha trajetória, pois tiveram participação marcante ao me ensinarem com maestria, em especial a minha orientadora, professora Rosangela Celia Faustino, que durante esse processo me orientou e acompanhou todo o processo de realização desse trabalho de pesquisa científica.

Gratidão a todos!!!

EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PROPOSTAS EDUCATIVAS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

BARBOSA, Edileusa Laurinda¹

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo discutir as propostas educativas e políticas públicas da Educação, no período de 1990 a 2000, identificando como se dá o processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa na educação de jovens e adultos, e o analfabetismo literário, analisando as propostas e objetivos das organizações internacionais em relação à Educação de Jovens e Adultos no Brasil com foco nas orientações da Unesco. Esta pesquisa justifica-se tendo em vista que o Brasil apresenta, ainda, um alto índice de pessoas não-alfabetizadas e entendemos que saber ler e escrever é um direito de todos e inclusive daqueles que por algum motivo não puderam frequentar a escola quando crianças. O trabalho de cunho bibliográfico tem embasamento teórico em autores como Saviani (2004), Queiroz (2009), Piana (2009), Gadotti (2009), Paulo Freire, entre outros. Também aborda a questão do desafio de educar com qualidade, contribuindo e incentivando outros/as estudiosos/as a pesquisarem mais a respeito do assunto aqui abordado. Sem pretensão de responder aos conflitos existentes, procura-se aqui, apenas destacar as propostas educativas e políticas públicas no Brasil em relação a Educação de Jovens e Adultos.

Palavras- Chave: Educação de Jovens e Adultos. Língua Portuguesa. Alfabetização.

RESUME

The research aims to discuss the educational proposals and public policies of Education, from 1990 to 2000, identifying how the teaching and learning process of the Portuguese language in the education of young people and adults takes place, and literary illiteracy, analyzing the proposals and objectives of international organizations in relation to Youth and Adult Education in Brazil, focusing on UNESCO guidelines. This research is justified considering that Brazil still has a high rate of non-literate people and we understand that knowing how to read and write is a right for everyone, including those who for some reason could not attend school as children. The bibliographic work is theoretically based on authors such as Saviani (2004), Queiroz (2009), Piana (2009), Gadotti (2009), Paulo Freire, among others. It also addresses the issue of the challenge of educating with quality, contributing and encouraging other scholars to research more about the subject discussed here. Without pretending to respond to the existing conflicts, the aim here is only to highlight the educational proposals and public policies in Brazil in relation to Youth and Adult Education.

Keywords: Youth and Adult Education. Portuguese language. Literacy

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1. POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO.....	10
1.1 Contexto histórico da educação.....	12
2. A LINGUA PORTUGUESA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS.....	23

INTRODUÇÃO

Este trabalho, de cunho bibliográfico, pretende trazer aprofundamento teórico sobre a Alfabetização de Jovens e Adultos como retrata a Constituição Federal de 1988, no artigo. 37. “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.” É de conhecimento da população brasileira que o País tem passando por grandes mudanças no campo educacional, mas o analfabetismo funcional brasileiro ainda é grande e se faz necessário rever essas questões com urgência, conhecendo a realidade que assola o País e reduzir os índices de analfabetos é de suma importância.

A pesquisa justifica-se, uma vez que busca responder aos questionamentos supracitados, e espera-se ao final contribuir e incentivar outras pessoas a buscarem mais informações referentes ao assunto. Portanto, o objetivo deste trabalho é identificar as dificuldades enfrentadas.

No intuito de contribuir e trazer informações sobre a Alfabetização de Jovens e Adultos, e as leis de amparo baseada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Parecer CNE/CEB Nº11/2000, e Resolução CNE/CEB Nº01/2000, no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/01), no Plano de Desenvolvimento da Educação, buscando resgatar o contexto histórico do processo de alfabetização do Brasil, e como esses avanços são desenvolvidos na atualidade, sanando os obstáculos que ainda são apresentados no cotidiano, um exemplo a ser citado é a falta de compreensão das informações contidas em textos, o que chamamos de analfabetismo funcional. Escreve e faz a leitura, mas não se compreende as informações contidas ou sua intencionalidade.

No contexto histórico educacional brasileiro existiu diversos problemas até se conquistar os avanços que se tem nas escolas na atualidade, mas o que muitos desconhecem é que foi necessário que discussões e leis fossem sancionadas para que a educação chegasse a ter o respaldo e respeito das autoridades e principalmente da população.

As Leis de Diretrizes e Bases da Educação, (BRASIL, 9394/1996) relata que; “É dever do Estado assegurar o desenvolvimento da pessoa para o desenvolvimento e exercício da cidadania como também a qualidade para o

trabalho.”

A hipótese é que o trabalho pedagógico realizado não tem dado conta carecendo mudança de metodologias e envolvimento das três esferas governamentais, dedicando parte dos recursos, na alfabetização e a educação de jovens e adultos que se destina àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

A educação proporciona uma melhor perspectiva e qualidade de vida para as pessoas, possibilitando melhores oportunidades de emprego de renda e devendo ser priorizada e vista como ferramenta de mudança social e desenvolvimento econômico de um país, salientando que esta possui princípios de preparação do indivíduo para viver em sociedade, e mesmo com diversidades existentes, é padronizada, com objetivos específicos à formação do intelecto humano, visando uma sociedade mais justa, marco importante e reconhecimento que se consolidou após as conferências da Unesco nos anos 1990.

Di Pierro (2008) relata que essa modalidade de ensino se tornou uma política de Estado com potencial, sendo vista como uma educação inclusiva e social da qual os financiamentos da educação básica, ainda não contemplavam e motivavam a presente temática, de que, apesar do empenho dos profissionais da educação, há dificuldades em razão as articulações necessárias ao implemento e ações a serem administradas pelos governantes, como também um currículo específico a educação de jovens e adultos.

O objetivo desta pesquisa é compreender como ocorreu o processo de formulação das Políticas Públicas na área da educação no país e os avanços conquistados após a consolidação da Constituição Federal de 1988, fortalecendo a luta por direitos básicos entre os anos de 1990 a 2000, do qual a alfabetização passou por transformações, até os dias atuais e como a educação de jovens e adultos aconteceu no Brasil, sua finalidade, acesso e permanência. O tema ainda é polêmico e controverso, pois alguns autores como Peres (2002, p.66) afirma que: “a alfabetização é um processo que tem início antes dos bancos da escola e que o objetivo de alfabetizar é de promoção e autonomia.

Perante a afirmação, é possível entender que se faz necessário que os governantes destinem recursos específicos aos estudantes que não puderam estar na escola em período ou idade adequada. Mas o que se questionam é se as propostas orçamentárias e pedagógicas têm atendido as especificidades e

particularidades dos estudantes da EJA?

Diante aos fatos, a pesquisa de cunho bibliográfico buscou demonstrar teorias de autores renomados, como também leis que embasam o processo de compreendendo o processo de aprendizagem dos Jovens e adultos e justifica-se, uma vez que busca responder aos questionamentos supracitados, como também saber como os/as professores/as devem conduzir o trabalho pedagógico da EJA satisfatoriamente observando e ampliando os conceitos e assimilação entre os estudos e o trabalho.

Por isso, este estudo de cunho bibliográfico, tem como objetivo ampliar os conhecimentos na área do objeto de estudo, tendo como motivação a busca por informações em artigos bibliográficos, documentos existentes e disponibilizados no Google Acadêmico, “colocando o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas” (LAKATOS, MARCONI, 2001, p. 183).

Para melhor compreensão da importância e olhar no enfoque a essas políticas da educação, faz-se necessário verificar se o contexto histórico, avanços e conquistas vagarosas no âmbito da educação no Brasil, tem dado conta de suprir as necessidades de cada estudante. No intuito de facilitar o entendimento e sequência dos fatos. Buscar-se-á como referenciais teóricos os autores; Di Pierro (2005), Freire (1967) (1987) (1989), Durante (1998), Cury (2006), Gadotti (2008), além de documentos oficiais como a Constituição da República federativa do Brasil (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação - lei 9394, tendo como palavras chaves: Educação de Jovens e Adultos, Língua Portuguesa. Alfabetização.

Espera-se ao final poder contribuir e incentivar novas pesquisas em relação ao tema, como também compreender e entender a importância de tais políticas públicas para a melhoria da qualidade de educação.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO

Para compreender o que é uma política pública partiremos da concepção de Estado podendo ser explicado como um grupo social organizado

politicamente para governar por meio de um objetivo comum defendendo o interesse público.

Atendendo as leis vigentes, as políticas públicas tiveram início a partir de muitas discussões, pois se questionava como seria ofertado esse ensino e os recursos para atender essa demanda, e com a Constituição Federal de 1988, avanços significativos aconteceram e após essa lei muitas outras conquistas foram sendo adquiridas.

As três esferas governamentais passaram por transformações significantes, sendo incumbidas de efetivação, promoção e fiscalização dos recursos administrados pelos governantes, cabendo a estes a responsabilidade de responder judicialmente pelo não cumprimento das leis vigentes estabelecidas em relação a educação. Estados e Municípios devem ofertar a educação para as pessoas que não puderam estudar em idade adequada a modalidade ofertada, mas, precisam aprender a ler e escrever, trabalhar suas dificuldades e especificidades, ganhando mais autonomia nas tomadas de decisões e conscientização.

Para aqueles que estão sendo inseridos no espaço escolar, avanços significativos aos poucos aparecem. Profissionais que antes sentiam despreparados pelo desconhecido buscaram novos conhecimentos para poderem atender as novas demandas que estão sendo inclusas no espaço escolar.

Essa concepção de Estado é descrita na obra de Darci Azambuja em “A teoria Geral do Estado”:

O Estado, portanto, é uma sociedade, pois se constitui essencialmente de um grupo de indivíduos unidos e organizados permanentemente para realizar um objetivo comum. E se denomina sociedade política, porque, tendo sua organização determinada por normas de direito positivo, é hierarquizada na forma de governantes e governados e tem uma finalidade própria, o bem público. (AZAMBUJA, 1941, p.2).

Além de uma sociedade organizada, o Estado é um conjunto de instituições permanentes como o judiciário, legislativo e executivo, onde trabalham em conjunto na criação de leis, projetos atendendo os direitos fundamentais do cidadão previstos na Constituição Federal de 1988. Também

cabe ao Estado julgar e regular os conflitos aplicando normas do Código Civil se necessário aos que transgredirem as leis, atuando como regulador das ações sociais.

No artigo 208 da Constituição Federal, este deixa explícito que os estudantes da EJA, garante o atendimento ao educando no Ensino Fundamental do qual promove a efetivação dos direitos constitucionais inerentes a todos os cidadãos brasileiros, ou seja; garantia a saúde, educação, alimentação e transporte.

Na esfera federal, há grande preocupação em relação aos índices de analfabetismo existentes no País e tem-se destinado recursos ao Estado e Municípios para que possam administrarem estes, visando a erradicação do analfabetismo através de políticas públicas, com a intencionalidade de que todos os cidadãos brasileiros possam ser alfabetizados na idade mas, aos que por motivos diversos não puderam estar no espaço escolar em idade específica as séries, podem retornarem aos estudos, aprendendo a ler, escrever diferentes tipologias textuais como também compreender e decodificar as diferentes informações, não se tornando um cidadão com analfabetismo funcional, da qual não é capaz de interpretar um texto escrito.

Nesse intuito, programas e projetos são entendidos como a ação do governo, para erradicar ou amenizar o analfabetismo, e apesar de diversas teorias econômicas divergirem essa interferência do Estado na sociedade, a Constituição Federal de aprovada em 22 de setembro de 1988 e promulgada em 5 de outubro de 1988, assegura aos cidadãos direitos básicos e essenciais como saúde, educação, moradia, trabalho, previdência social entre outros e trata todos em igualdade perante o Estado de acordo com a Constituição de 1988:

Art. 5º- Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (EC no 45/2004) I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; (BRASIL, 1988, art.5 § I, II).

Ainda sobre os direitos básicos assegurados na Constituição Federal de 1988, destacamos o artigo 6º, da qual relata os direitos básicos da sociedade brasileira; das quais explicita os direitos constitucionais aos brasileiros, e as

obrigações inerentes as esferas governamentais em relação a oferta, promoção, acompanhamento, e qualidade no ensino na educação.

Art. 6º- São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC no 26/2000, EC no 64/2010 e EC no 90/2015). (BRASIL, 1988, art.6).

Desse modo o homem tem seus direitos garantidos como está na lei. Cabe então ao governo criar programas e projetos que assegurem aos cidadãos seus direitos constitucionais, devendo os cidadãos ter consciência que estão sujeitos a essa mesma lei, tendo conhecimento de seus deveres.

A promulgação da constituição de 1988 que ampliava esses direitos foi uma conquista, o Brasil já havia passado por períodos difíceis, anos de exploração portuguesa, posteriormente república, regime militar, programas de governos fracassados, tudo isso gerando ainda mais diferença entre as classes e exclusão de uma parcela da população, a mais carente de recursos.

Assim a sociedade necessitou cada vez mais de programas de governo para solucionar problemas como desemprego, segurança pública, saneamento, saúde e educação. Segundo Piana, Maria Cristina foi por meio da constituição de 1988 que as pessoas tiveram maiores direitos políticos por meio do voto e da participação de assembleias que representam diversos grupos e diferentes interesses sociais.

A reforma da constituição proporcionou ao cidadão poder na escolha de seus representantes políticos e também de certo modo pressiona quem está no poder a atender os interesses não somente de um grupo ou de uma parcela da população, mas sim da maioria e assim o governo pode ter possibilidade de ser reeleito.

A Constituição Federal de 1988 definiu instrumentos de participação da sociedade civil no controle da gestão das políticas sociais, estabeleceu mecanismos de participação e implementação destas políticas, apontou canais para o exercício da democracia participativa, por meio de decisões direta como plebiscito, referendo e de projetos de iniciativa popular. (PIANA, 2009, p 43).

Piana (2009, p.43) enfatiza a democratização a partir das eleições diretas, das quais os cidadãos passaram a escolherem seus governantes, e cobrarem que as leis trouxessem possibilidades e evolução em diferentes setores. Na

educação o autor relata que projetos foram realizados na perspectiva de auxiliar a população a controlar e cobrar que as políticas sociais fossem executadas na íntegra, promovendo a qualidade de vida ao povo brasileiro.

O período que contempla o modelo inicial de educação introduzido no Brasil foi durante a exploração portuguesa e se tratava de um modelo educacional exclusivo a elite, pois a base da economia era a exploração das matérias primas do Brasil que eram enviadas para Portugal, o Brasil sofria um regime de escravidão tanto de negros como índios, porém na tentativa de fazer com que os índios trabalhassem mais e como a coroa portuguesa visava somente o lucro padres jesuítas foram trazidos para o Brasil, na tentativa de preparar a mão de obra indígena para os objetivos portugueses.

Nasce assim o primeiro modelo educacional conhecido pelo Brasil, segundo Piana C. Maria (2009, p.59) [...] “. Por meio dessas reflexões, verifica-se que, desde o início, o sistema educacional é organizado e estruturado de forma excludente e seletiva”. Essa fala da autora convida a refletir que o homem usa tanto a educação como a política para buscar realizar objetivos esses que lhe tragam resultados, aqui no caso o objetivo era preparar apenas a elite para que estes tenham os conhecimentos necessários para continuar a exploração e extração das riquezas brasileiras para coroa portuguesa.

Segundo autora:

Obviamente, por meio dessa formação da estrutura social em que é inexistente uma política educacional de caráter estatal, pois a Colônia tinha um sistema educacional de elite e não havia interesse em ampliar a escolarização para atingir a classe subalterna. Por meio dessas reflexões, verifica-se que, desde o início, o sistema educacional é organizado e estruturado de forma excludente e seletiva. Mas a ausência de um sistema educacional é apontada por alguns estudiosos como um entrave ao desenvolvimento econômico até nos tempos atuais. (PIANA, 2009, p.59).

Piana (2009, p.59) relata que a educação nesse período, era destinada a elite, demonstrando que a educação não era destinada a todas as pessoas, mas apenas a elite poderia receber o conhecimento. Com a expulsão dos Jesuítas na reforma Pombalina e a chegada de Dom João VI foram fundadas as primeiras escolas e academias de ensino, como o colégio Dom Pedro II mas ainda o ensino era direcionado a elite.

Apenas em 1890 a partir da constituição se instituiu alguns ministérios como da educação e começaram a surgir as primeiras escolas públicas e a construção de um ensino público. Porém a evolução foi bastante lenta, o ensino secundário era de responsabilidade privada, nem mesmo com a Proclamação da República não tivemos grandes avanços nesse período.

Após a Segunda Guerra mundial, a crise mundial de 30 que diversos países enfrentaram, Getúlio Vargas assume a presidência do Brasil junto com algumas medidas o processo de substituição de importações trouxe avanços industriais e favoreceu a educação, foi criada a pasta do Ministério da Educação e Saúde Pública, fato importante pois foi através do titular do ministério que surgiu um conjunto de decretos conhecido como Reformas Francisco Campos que com a força do movimento de diversos intelectuais na busca por uma regulamentação da educação no país o documento elaborado por esses intelectuais tinha o nome de “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”.

Segundo Saviani:

Como documento de política educacional o Manifesto expressa a posição de uma corrente de educadores que busca se firmar pela coesão interna e pela conquista da hegemonia educacional diante do conjunto da sociedade capacitando-se, conseqüentemente, ao exercício dos cargos de direção da educação pública tanto no âmbito do governo central como dos Estados federados, ainda relata que a ideologia do Manifesto dos Pioneiros influenciou nas diretrizes da Constituição de 1934, considerado um marco na história da educação, com o surgimento de um estado desenvolvimentista onde houve reformas e movimentos no sentido de tornar a escola pública e gratuita e para todos, resultando na primeira LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de 20 de dezembro de 1961 que é de extrema relevância no sentido de reorganizar a escola pública e a educação no país. (SAVIANI, 2004 p.4).

As políticas públicas surgem no contexto de inovações no campo educacional e cumprimento as leis já existentes. Saviani (2004, p.4) enfatiza que a nova Lei n.9394 de Diretrizes e Bases da Educação conhecida como Lei “Darcy Ribeiro” tinha características dar acesso ao ensino público e gratuito de nove anos a todos os cidadãos, estipulando carga horária mínima para cada nível de ensino, e uma diretriz curricular básica, determinando obrigações ao corpo docente e equipe pedagógica, estabelecendo obrigações e investimento do governo na educação pública. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional, Lei n. 9394/1996 afirma: Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; Respeito à liberdade e apreço à tolerância; Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; Valorização do profissional da educação escolar; Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; Garantia de padrão de qualidade; Valorização da experiência extra- escolar; Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. XII - Consideração com a diversidade étnico-racial (BRASIL, 1996, p.01).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação contribuiu para a consolidação do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) e posteriormente a substituição pelo FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), melhorando tanto na qualidade da educação dos alunos e formação e qualificação dos professores, através de centros de formação específicas e aperfeiçoamento como o CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, e a criação do INEP (Instituto Nacional de estudos e pesquisas educacionais), houve o financiamento mínimo para a educação, formação e capacitação dos profissionais, garantindo a qualidade na educação.

A política pública é um instrumento de ação do governo, é como ele faz acontecer. No contexto de que o governo precisa atender as demandas da população atendendo seus direitos constitucionalizados as políticas públicas podem ser entendidas como o meio de se atingir um resultado através de ações institucionalizadas e dentro do que manda a lei, ou se necessário criando uma lei para que assim a política possa atender a demanda, ou seja se a população de determinado local tem necessidade de algo e isso é um direito constitucional como por exemplo a educação e não tem uma escola, é dever do Estado (aqui entendido como o governo em atuação) proporcionar o local, os professores, a merenda, bem como rege na lei para que as crianças tenham acesso. Também é dever do responsável legal da criança que está venha a estar matriculada e apresentar frequência nas aulas.

De acordo com Queiroz:

Em síntese, as políticas públicas são, no estado democrático de direito, os meios que a administração pública dispõe para a defesa e concretização dos direitos de liberdade e dos direitos sociais dos cidadãos, direitos esses estabelecidos numa Constituição Nacional. (QUEIROZ, 2009, p.86)

Explicado o conceito de políticas pública como um conjunto de ações que o governo decide realizar ou não, entre essas decisões existe sempre conflitos de interesses e o governo sofre essas influências de um lado e de outro, por isso é tão importante que existam parâmetros e diretrizes a fim de estabelecer um rumo no sentido de direção para que as decisões de governo não estejam favorecendo uma classe ou um objetivo específico, suas atitudes devem ser sempre pensadas no todo e como essa ou aquela decisão favorece ou não a população, inclusive quando se fala em educação.

Os direitos que consolidamos por meio da Constituição de 88, bem como do mesmo modo a estipulação de diretrizes educacionais para o planejamento das ações do governo ocasiona maior possibilidade de sucesso. Mesmo o Brasil tendo demorado mais no sentido constitucionalizar parâmetros e instrumentos para o processo de políticas públicas, os períodos de fracassos de governos fazem parte da nossa história e justifica a demora para a consolidação de diversas leis administrativas que guiaram para a evolução da democracia inclusive no âmbito educacional.

Cabe, portanto, a toda a sociedade a responsabilidade de acompanhar o trabalho que está sendo ofertado. Profissionais bem preparados para atender desenvolverem o trabalho pedagógico junto aos estudantes, dos quais sejam formados através de licenciatura plena no curso de Pedagogia.

A Lei de Diretrizes e bases da Educação em seu Art. 62, relata:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores em educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996, p.06).

A educação tem responsabilidade na edificação para um mundo mais sólido e mais humano. Assim, a Constituição Federal deixa claro, que todos deveriam estar na escola, garantindo a matrícula e permanência nas instituições de ensino para todos que desejarem estudar. Currículos devem ser adaptados a

realidade regional como também as especificidades dos estudantes, atendendo seus anseios e ampliando seus conhecimentos.

Horn e Barbosa (2000, p.67) retrata que o educador deve se preparar para suprir as faltas que seus alunos apresentam, sejam elas cognitivas, afetivas, sociais ou psicomotoras e aplicar, em sala de aula, metodologias diferenciadas de acordo com as especificidades de cada criança e diante das dificuldades a eles colocadas, tiveram que dedicar tempo e recursos próprios em busca de formação para poder atender a demanda vigente.

2.A LINGUA PORTUGUESA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A educação de Jovens e Adultos teve início nos meados dos anos de um mil novecentos e quarenta através de campanhas de alfabetização e na década dos anos sessenta, organizações ligadas a igreja católica conscientizaram a população jovem e adultos que esses precisavam reivindicar seus direitos sociais (PIERRO 2005, p. 03).

Com as mudanças de leis, houve impacto na sociedade e necessidade de reformulação de algumas leis e nestas estavam a institucionalidade nas redes de ensino de ofertar aos jovens e adultos o direito de estarem nos espaços escolares, comprometendo as autoridades regulamentar leis específicas ao trabalho nessa modalidade.

Nesse período, o estudioso Paulo Freire, difundia concepções de que a população deveria ser alfabetizada, partindo da concepção de que a partir do aluno a educação deveria ser difundida. O ensino deveria ser ministrado, observando a história de vida de cada indivíduo, e a alfabetização deveria promover a autonomia das pessoas e essas deveriam se organizar para que pudessem atender a demanda do comércio capitalista, mas pudessem encontrar o momento a ele disponível para dedicar aos estudos EAD. (PIERRO 2005, p. 03).

Nesse contexto, a língua portuguesa esteve em transformação. Linguistas e estudiosos como Paulo Freire, acreditava que somente a educação poderia libertar o povo, pois esses eram oprimidos, não reivindicavam direitos,

desconheciam sua própria história, não se sentiam partes integrados a sociedade.

De acordo com Freire (1989) é importante salientar que a educação possui princípios de preparação do indivíduo para viver em sociedade, pois mesmo com diversidades existentes, a educação é padronizada e com objetivos claros em relação à formação do intelecto humano, visando uma sociedade menos injusta.

Portanto se faz necessário o envolvimento das crianças e jovens futuros adultos que assumirá a responsabilidade de dar continuidade a essa nova geração que assumirá a tarefa de tornar a sociedade mais justa. (FREIRE, 1989, p.18).

Freire, desenvolveu trabalhos voltados a alfabetização, de jovens e adultos, destacava-se por inicialmente preocupar-se com a realidade de seus alunos, do qual se aprofundava em suas especificidades, conhecendo sua rotina diária, suas experiências e necessidades, trazendo em seu trabalho possibilidades e propostas adequadas a ambas, sempre com excelência propondo ações de incentivo e continuidade aos estudos, acreditando que as pessoas precisavam de oportunidades e conhecimento do mundo, tornando-se parte deste.

É importante salientar que a educação possui princípios de preparação do indivíduo para viver em sociedade, pois mesmo com diversidades existentes, a educação é padronizada e com objetivos claros em relação à formação do intelecto humano, visando uma sociedade menos injusta. Portanto se faz necessário o envolvimento das crianças e jovens futuros adultos que assumirá a responsabilidade de dar continuidade a essa nova geração que assumirá a tarefa de tornar a sociedade mais justa. (FREIRE, 1989, p.18).

Encontrar maneiras de planejar e organizar as atividades do cotidiano escolar requer colaboração e participação ativa dos envolvidos pois o trajeto não é único. É um trabalho de amor e dedicação à singularidade de conhecimentos. É administrar recursos e financiamentos em prol de adquirir materiais pedagógicos necessários ao bom trabalho em salas de aulas, com educação compensatória aos indivíduos que não puderam estudar em idade adequada por diferentes multiplicidades de fatores.

A união entre educador e estudante retrata o respeito entre ambos. Vivenciada no cotidiano, enquanto despertam para a prática no ensino

aprendizagem de ambos que através de seus conhecimentos e trocas fazem uma reflexão e tomada de decisão. Juntos, trocando experiências e conhecimentos. (LEITE 2012, p.84).

No contexto citado pelo autor, afirma que o trabalho realizado no espaço escolar, agrega na vida do estudante, e torna um profissional eficiente capaz de enxergar além dos conteúdos aplicados, e na escola, o papel do professor é de agente social, com a possibilidade de conservação ou transformação de hábitos, inserido em um determinado campo da estrutura social.

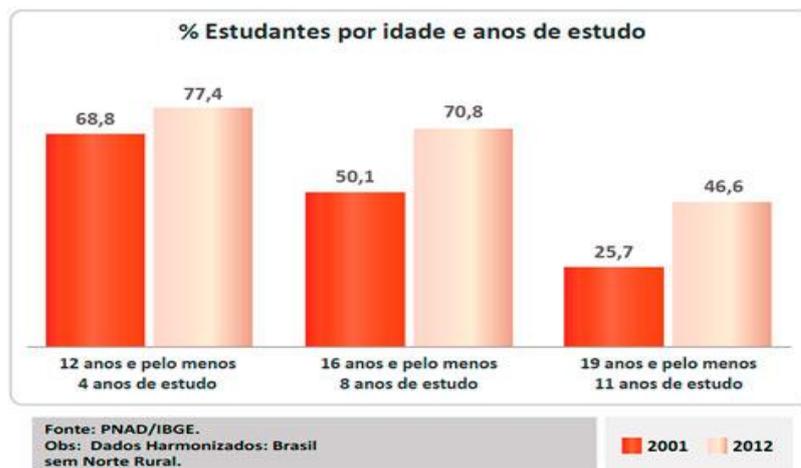
Já Kanada (2010, p.12.), acrescenta que “aprender a ler e escrever envolve um processo complexo onde se exigem habilidades linguísticas, biológicas, motoras e cognitivas.” A escrita e a leitura surgem da necessidade de o homem fazer seus registros no cotidiano. A leitura e escrita é algo inacabado e deve ser encarado com por toda a escola.

Conhecer essas questões é necessário, e os educadores devem procurar aprofundamento teórico, identificando diferentes tipos de gêneros literários como também a leitura e escrita, e de acordo com Góis (2008, p.37), “A escola necessita construir um novo olhar para ensinar”. “Perceber a necessidade que possui de viver seu período ou fase de maturação.” Brasil, (1996, p.06) relata que os estímulos são de extrema importância e cabe, portanto, à escola buscar investimentos em recursos pedagógicos para estimular os estudantes.

Pois uma aula bem preparada atende as necessidades individuais e traz renovação e desejo de conhecer e viver novas experiências, conteúdos, renovação e alegria, e restringir o currículo ou fragmentar a ação pedagógica, promove prejuízo.

Ao focalizar a escolaridade interrompida os jovens e adultos sofrem à falta de flexibilização e organização escolar como também a falta de experiência, dificulta a valorização da cultura popular e o convívio social.

De acordo com Silva (2006, p. 232). “As tomadas de posições dos agentes são condicionadas pelas estruturas objetivas do campo, mas também pela subjetividade dos agentes, ou seja, pelas estratégias que eles podem elaborar para atingir os seus objetivos”.



De acordo com o Ministério da Educação, os índices apresentados através de estatísticas mostram os avanços significativos entre os anos 2001 a 2012, mostrando que a queda no analfabetismo e a melhoria na qualidade do ensino (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO).

Diante as mudanças sociais a escola pública vem se adaptando as novas mudanças, planejada na expectativa de melhorar a qualidade do ensino e fortalecer a educação. Sustentada por uma intensa discussão entre profissionais da educação sobre as concepções teórico-metodológicas que organizam o trabalho educativo.

Nesse novo contexto, a educação discute e avalia os conhecimentos ofertados aos estudantes a fim de satisfazer às necessidades dentro do novo paradigma que é a tecnologia digital intrínseca e indispensável. O trabalho diferenciado estimula e desperta o desejo e superação das defasagens, socializando e melhorando o desenvolvimento dos alunos, antes distante da realidade social e atualmente, através das leis vigentes as políticas públicas organizam as ações a serem cumpridas.

Freire (1989, p.18) enfatiza que:

É preciso que a educação dê seu todo para tornar o homem virtuoso para instaurar uma sociedade justa. Para ele, enquanto isso não ocorre, obras assistenciais e humanitárias podem ajudar. As estruturas, diferenciam a conduta de uma pessoa, assume diferentes acordos, grau de desenvolvimento, na ação do sujeito através do processo orgânico e físico, somado às experiências anteriores (FREIRE, 1989, p.18)

Para o autor, os principais fundamentos é a garantia do ingresso ao estudo e a permanência na escola assegurada a todas as classes sociais, sabendo que o aluno precisa compreender a leitura e a escrita como um sistema de representação que não é mediática. A ação do homem no mundo ocupa prática diária, e no meio social está inserido com fundamental importância para o educador que assume o verdadeiro papel de mediador no processo ensino aprendizagem.

Nesse contexto, Silva (2010) acrescenta a ideia de Freire (1989), relatando que a escrita constitui-se como uma representação simbólica da linguagem falada, porém não consegue ser totalmente fiel, pois as possibilidades do uso da linguagem falada são inúmeras, e a escrita tenta apenas aproximar-se desse universo. Portanto não basta saber escrever e fazer a leitura, se faz necessário compreender as informações implícitas e explícitas contidas nos textos, esse desconhecimento chamamos de letramento.

Os autores relatam que o letramento é a apropriação da escrita e que ela é necessária e fundamental e podemos concordar com os autores, pois desde o nascimento até a morte fazemos uso da leitura e da escrita para poder registrar informações importantes para nossa existência e que o letramento vai além da escrita e leitura, é a interferência do leitor através do ato de compreender o texto literário e sua simbologia.

Diversos autores opinam sobre o letramento e todos afirmam a sua funcionalidade como algo necessário e importante. Durante nossa pesquisa não encontramos autores que discordassem da necessidade de se ter um método diferente do qual vivenciamos e sempre enfatizavam a necessidade de cada vez mais a escola se dispor a fortalecer o vínculo entre a leitura e a escrita como forma de organização de ideias e pensamento

Essas contribuições fortalece a ideia de que hoje se espera de um bom profissional, que seja dinâmico, criativo, conhecedor do processo global do mercado onde atua e o ato de ler e escrever deve ir além de se manipular os lábios. É o entendimento e a compreensão do que se vivencia. É o ato de reflexão do que vive e tarefa da escola despertar no aluno o desejo de vivenciar essa experiência fascinante no mundo das letras e do imaginário (SCILIAR, 1995, p.3).

Já a aprendizagem é a condição que o indivíduo adquire após experiência, mudando seu comportamento, construindo através de sua vivência cotidiana, conceitos e valores transmitidos através das gerações segundo o relato de Savoia (1989).

Esses conhecimentos podem ser empíricos ou científicos, desenvolvido através de contatos familiares, sociais ou mediação sistemática através da escola, onde o professor consolida a aprendizagem através de vários aspectos, cognitivos, físico e também emocional, cabendo aos órgãos competentes organizar as instituições permanentes como o judiciário, legislativo e executivo, na criação de leis, projetos que atendam aos anseios do cidadão previstos na Constituição Federal de 1988, cabendo ao Estado julgar e regular os conflitos aplicando normas do Código Civil se necessário aos que transgredirem as leis, atuando como regulador das ações sociais.

O 3º Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos destaca, em especial, três implicações abrangentes da EJA nas políticas públicas. A primeira trata-se da aprendizagem e da educação de adultos como sendo um componente indispensável da educação e um direito humano fundamental e capacitador. A segunda implicação refere-se a aprendizagem e educação de jovens e adultos como uma dimensão integral de um curso de vida equilibrado. Por fim, a aprendizagem de jovens e adultos é parte de uma agenda de desenvolvimento sustentável holística, intersetorial, com potencial para oferecer múltiplos benefícios de impacto contínuo (GUIMARÃES, 2017)

No contexto de que o governo precisa atender as demandas da população atendendo seus direitos constitucionalizados as políticas públicas podem ser entendidas como o meio de se atingir um resultado através de ações institucionalizadas e dentro do que manda a lei, ou se necessário criando uma lei para que assim a política possa atender a demanda, ou seja se a população de determinado local tem necessidade de algo e isso é um direito constitucional como por exemplo a educação e não tem uma escola, é dever do Estado (aqui entendido como o governo em atuação) proporcionar o local, os professores, a merenda, bem como rege na lei para que as crianças tenham acesso.

De acordo com Queiroz

Em síntese, as políticas públicas são, no estado democrático de direito, os meios que a administração pública dispõe para a defesa e concretização dos direitos de liberdade e dos direitos sociais dos

cidadãos, direitos esses estabelecidos numa Constituição Nacional. (QUEIROZ, 2009, p.86).

Explicado o conceito de políticas pública como um conjunto de ações que o governo decide realizar ou não, entre essas decisões existe sempre conflitos de interesses e o governo sofre essas influências de um lado e de outro, por isso é tão importante que existam parâmetros e diretrizes a fim de estabelecer um rumo no sentido de direção para que as decisões de governo não estejam favorecendo uma classe ou um objetivo específico, suas atitudes devem ser sempre pensadas no todo e como essa ou aquela decisão favorece ou não a população.

A educação de adultos, dentro desse contexto, torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de ser um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça. A educação de adultos pode modelar a identidade do cidadão e dar um significado à sua vida. A educação ao longo da vida implica repensar o conteúdo que reflita certos fatores, como idade, igualdade entre os sexos, necessidades especiais, idioma, cultura disparidades econômicas. (Art. 2º).

Com a Lei 9394/96, houve por parte dos governantes maiores interesse e esforços no sentido de incentivar o desenvolvimento educacional em níveis, Brasil (1988) relata que com o passar dos anos e a Constituição Federal de 1988, houve a realização de um currículo voltado a atender as necessidades dos estudantes e organização do trabalho pedagógico, com conteúdo minuciosamente planejados.

O objetivo da Lei de Diretrizes de Bases da Educação do Estado do Paraná, torna a educação voltada para as mesmas finalidades, onde supervisionam e avaliam de forma igualitária, a transmissão dos conteúdos, tendo uma visão ampla do que o aluno tem recebe e se qualifica, onde os sujeitos são incluídos sem distinção de cor, raça ou credo religioso, ou qualquer outro tipo de discriminação aos espaços educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização é um dos fatores usados para medir o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de uma nação. A educação é um fator extremamente relevante para os gestores públicos no processo de formulação de políticas públicas. Porém diversos fatores contribuíram para que o Brasil demorasse a formular políticas educacionais.

No Brasil a consolidação da Constituição Federal de 1988 tornou a educação pública um dever do Estado, e as lutas dos movimentos educacionais foram indispensáveis quando pensamos em políticas para educação. A democracia e a Constituição Federal de 1988 foram fatores que contribuíram para que os primeiros passos ao caminho de uma educação pública e gratuita fossem iniciados.

Buscou-se por meio dessa pesquisa coletar dados bibliográficos para expor informações sobre o percurso histórico da educação de Jovens e adultos.

Assim podemos refletir sobre a importância das políticas públicas educacionais, suas diretrizes e metas como os direitos básicos consolidados na Constituição de 1988 impulsionaram diversos movimentos estudantis na busca por esses direitos, como o regime democrático de um país influencia na liberdade de expressão pela luta por seus 28 direitos, contribuindo para o crescimento da economia do País, conscientes de seus direitos e deveres.

A consolidação de diretrizes educacionais bem como as metas traçadas, indicadores de qualidade do ensino são muito relevantes para avaliação das políticas públicas e direcionamento dos gestores públicos para gerir os problemas de um país, mas não atende a todas as necessidades da sociedade. Mesmo tendo avanços significativos em relação a Educação de Jovens e Adultos, e mesmo tendo leis eficazes, muitas das vezes, não são bem efetivadas porque não depende exclusivamente de recursos e empenho do governo federal, precisa que os governantes municipais possam dar suporte e incentivo a continuidade nos estudos.

Cabe também a sociedade acompanhar e cobrar das autoridades vigentes que as leis sejam efetivadas na integra, pois a educação é para todos como estipulada nas leis vigentes, mas, o que se precisa verificar qual tipo de educação os estudantes estão recebendo. Por isso se faz necessário o

acompanhamento e fiscalização dos recursos aplicados para aprimoramento da Educação de Jovens e Adultos.

Podendo assim de uso dessas ferramentas tomar as melhores decisões sobre a eficiência de uma determinada política para o enfrentamento de um problema, sendo as políticas educacionais uma ferramenta de transformação social, onde o conhecimento torna o sujeito em um novo homem, podendo assim modificar o meio no qual está inserido através de ações mais conscientes.

Portanto esse trabalho promove uma reflexão nas conquistas alcançadas até a atualidade em relação a educação de jovens e adultos como também demonstra que a participação da sociedade é fundamental em todo o processo, com isso podemos afirmar que a educação que temos na atualidade para os jovens e adultos está caminhando para a excelência, mas, muito ainda precisa ser feito para que a educação dê conta das necessidades vigentes e os recursos sejam destinados ao aprimoramento da educação das pessoas que não tiveram oportunidade de acesso e permanência ao processo de aprendizagem permanente, ampliando seus conhecimentos como citado no artigo 39. “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”.

Portanto, se faz necessário que esforços sejam ministrados, e que os pesquisadores possam dar continuidade aos projetos de enfrentamento ao analfabetismo. Portanto, deixo a pesquisa em aberto para que possa ser utilizada por pesquisadores que desejem trazer novas contribuições.

A escola deve estar preparada para acolher a todos que desejarem encontrar o conhecimento científico independentemente de suas condições, sejam elas de caráter físico, intelectual, social ou emocional quebrando paradigmas, vencendo obstáculos e promovendo o conhecimento de modo integro, no qual os profissionais recebam formação adequada a sua função e com esse intuito o Art. 14. A Licenciatura em Pedagogia nos termos do Parecer CNE/CP nº 5/2005 e desta Resolução assegura a formação de profissionais da educação prevista no art. 64, em conformidade com o inciso VIII do art. 3º da Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 2006).

Como podem ser percebido grandes avanços surgem no intuito de promoção da educação em prol de atender as demandas das escolas públicas,

mas, sabe-se que ainda há muito a ser conquistado, mas, estamos caminhando buscando sempre fortalecer as conquistas já realizadas e buscando as que ainda se fazem necessárias.

REFERÊNCIAS

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTO DO BRASIL: Lições da Prática. UNESCO. 2008. Disponível em: <http://bibliotecadigital.puc.campinas.edu.br/services/e-books/162640por.pdf>. Acesso em 14 de janeiro de 2022

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20 de janeiro, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação, **Conselho Nacional da Educação**. Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf>. Acesso em 03 de maio, 2022.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. **Organização do Espaço e do Tempo na Escola Infantil**. In.: CRAIDY, Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. Educação infantil: pra que te quero?– Porto Alegre: Artmed Editora, 2001, p. 67-79.

BRASIL. Lei 9394/96. **Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em 30 de janeiro de 2022.

BRASIL. **Declaração dos Direitos Humanos- UNICEF**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 14 de novembro de 2021.

DURANTE, Marta. Alfabetização de adultos: **leitura e produção de textos**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FREIRE, Paulo. **A Importância do ato de ler**. Editora Cortez, São Paulo, 1989.

FREIRE, Paulo. **A Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs.). Educação de Jovens e Adultos: **Teoria, Prática e Proposta**. 10. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2008.

GUIMARÃES, Ana Lúcia, Ministério Público do Paraná. **EDUCAÇÃO - Relatório da UNESCO sobre aprendizagem de jovens e adultos**. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br>. Acesso em 31 de março, 2022.

HYPOLITO, Á. M. **Políticas curriculares, Estado e regulação**. Educ. Soc. [online]. Campinas, 2010, vol.31, n.113, p. 1337.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato (2007). O português da gente: **a língua que estudamos a língua que falamos**. São Paulo

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEITE, V. **Psicologia da educação**. Volume I, Editora IBETEL; 2012. Disponíveis em: <HTTP://www.elivros-gratis.net/elivros-gratis-educacao-e-familia.asp>. Acesso em: 04 de fevereiro, 2022.

PIERRO, Maria Clara Di. **Notas Sobre a Redefinição da Identidade e das Políticas Públicas Sobre a Redefinição da Identidade e das Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: <https://scholar.google.com.br>. Acesso em: 20 de março, 2022.

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. Formação e gestão de políticas públicas. 2ª Ed. Curitiba: Ibpex, 2009.

SAVIANI, Demerval et al (Org.). O Legado Educacional do Século XX no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2004

UNESCO. **Alfabetização e Cidadania**. Revista de Jovens e Adultos, nº 19- Brasília, julho 2006. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>. Acesso em 31 de março, 2022.